

**MODELO**  
**FORMULÁRIO PROPOSTA DE CONSENSUALIDADE**

**NOME / RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO**

**CNPJ**

**NÚMERO(S) PROCESSO(S) ADMINISTRATIVO OU JUDICIAL (SE HOUVER)**

**I - DESCRIÇÃO DO CONFLITO**

Orientações:

- Descreva de forma sumária e precisa a situação a ser tratada no procedimento de Consensualidade Fiscal - Receita de Consenso - no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB
- O Consenso busca evitar, por intermédio de técnicas de consensualidade, conflitos ou prováveis conflitos tributários.
- Seja preciso e objetivo na descrição dos fatos que resultam no conflito ou provável conflito, inclusive com indicação de números de declarações, processos, escrituração etc.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

Orientações:

- O interessado deve fundamentar seu entendimento acerca da qualificação do fato tributário ou aduaneiro.
- O Consenso não pode contrariar entendimentos normativos ou interpretativos vinculantes.
- Caso a divergência seja que o fato se aplica ou não a algum entendimento vinculante, indicar precisamente tal divergência, de preferência em um tópico específico;
- Seja o mais objetivo e conciso possível, pois maiores detalhamentos serão solicitados e debatidos durante o procedimento de consensualidade, não havendo preclusão.

### **III - RAZÕES PARA ADMISSIBILIDADE**

Orientações:

- A equipe de ingresso avaliará a matéria controvertida, o grau de incerteza sobre a qualificação dos fatos, a existência de conduta com repercussão em lançamentos semelhantes para períodos de apuração posteriores, e a existência de jurisprudência administrativa ou judicial sobre situações idênticas ou similares aos fatos do caso concreto.
- A matéria controvertida será avaliada pela possibilidade de mais de uma interpretação razoável sobre norma legal ou infralegal tributária incidente sobre o ato ou fato jurídico e que não tenha sido objeto de entendimento vinculante.
- O grau de incerteza sobre os fatos tributários ou aduaneiros resulta de razoável divergência sobre a realidade dos atos ou fatos ocorridos e/ou a aplicação de norma legal ou de ato interpretativo sobre tais fatos.
- A existência de conduta com repercussão em lançamentos semelhantes para períodos de apuração posteriores será avaliada pelo risco de o fato controvertido resultar em litígios em anos-calendário posteriores.
- A existência de jurisprudência administrativa sobre situações idênticas ou similares aos fatos do caso concreto demanda a demonstração de que há ao menos três julgados de ao menos três Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento, ou três julgados do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, com o mesmo objeto da controvérsia.
- A existência de jurisprudência judicial sobre situações idênticas ou similares aos fatos do caso concreto demanda a demonstração de que há ao menos três julgados de ao menos dois Tribunais Regionais Federais, ou um julgado do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, com o mesmo objeto da controvérsia.

### **IV - PROPOSTA DE SOLUÇÃO**

Orientações:

- Indique a proposta de solução ao seu caso.
- Caso entenda poder existir mais de uma solução, poderá apresentar soluções alternativas.

### **V - REQUISITOS ESPECÍFICOS**

Orientações:

- No caso de o procedimento consensual se referir à consequência tributária de determinado negócio jurídico (planejamento tributário), acrescentar quadro cronológico dos atos jurídicos que envolveram o negócio e fluxograma comparativo das situações fáticas prévias e posteriores.

Assinatura Digital do Responsável

ou Procurador